

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.848 - RJ (2019/0215317-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
RECORRENTE : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADORES : **KAREN FARAH ARRUDA - RJ093223**
: **PAULA BAHIANSE DE ALBUQUERQUE E SILVA - RJ114701**
RECORRIDO : **MAURICIO LEMOS DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **LUANA DE OLIVEIRA DIAS LEITE - RJ116103**
: **VIVIANE LEMOS DE OLIVEIRA MUGRABI FIGUEIREDO - RJ152451**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. RIO PREVIDÊNCIA. DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO LIMINAR. IRRESIGNAÇÃO DO IMPETRANTE. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CANCELAMENTO DE PENSÃO POR MORTE COM BASE NA EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE MELHORIA. AGRAVANTE QUE, ATUALMENTE, CONTA COM 70 ANOS DE IDADE. IMPOSSIBILIDADE DE SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. COMPROVAÇÃO DE DESPESAS COM ALUGUEL, TV POR ASSINATURA E INTERNET. EXISTÊNCIA DE RISCO DE DANO IRREPARÁVEL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STJ E DO TJRJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 170 DO EXTINTO TRF. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. LIMINAR DEFERIDA. RECURSO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO" (fl. 99e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 116/118e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. RIO

PREVIDÊNCIA. DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO LIMINAR. IRRESIGNAÇÃO DO IMPETRANTE. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CANCELAMENTO DE PENSÃO POR MORTE COM BASE NA EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE MELHORIA. AGRAVANTE QUE, ATUALMENTE, CONTA COM 70 ANOS DE IDADE. IMPOSSIBILIDADE DE SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. COMPROVAÇÃO DE DESPESAS COM ALUGUEL, TV POR ASSINATURA E INTERNET. EXISTÊNCIA DE RISCO DE DANO IRREPARÁVEL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STJ E DO TJRJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 170 DO EXTINTO TRF. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. LIMINAR DEFERIDA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO À LEGISLAÇÃO FEDERAL E CONSTITUCIONAL NA ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA DEFERIMENTO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO OCORRÊNCIA DE QUAISQUER DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 1.022 DO NCPC. EVIDENCIADO O PROPÓSITO DE REFORMA DO JULGADO POR VIA IMPRÓPRIA. *DECISUM* QUE ENFRENTOU ADEQUADAMENTE AS QUESTÕES SUSCITADAS. EMBARGANTE QUE PRETENDE REDISCUSSÃO POR VIA IMPRÓPRIA. O ÓRGÃO JULGADOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A MENCIONAR TODOS OS PONTOS QUE SE PRETENDE PREQUESTIONAR, SE A DECISÃO ATACADA DECIDIU A CONTROVÉRSIA COM FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANUTENÇÃO DO JULGADO, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALÉM DO MAIS, O NCPC NO ARTIGO 1.025, DISPÕE QUE 'CONSIDERAM-SE INCLUÍDOS NO ACÓRDÃO OS ELEMENTOS QUE O EMBARGANTE SUSCITOU, PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO, AINDA QUE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SEJAM INADMITIDOS OU REJEITADOS (...)'. A UTILIZAÇÃO DO RECURSO COM A SUPOSTA FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO APENAS OMITE A VERDADEIRA INTENÇÃO DO EMBARGANTE QUE É O PROLONGAMENTO DA DISCUSSÃO E O PROTELAMENTO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO IMPOSTA NO ACÓRDÃO. NÃO PODE A PARTE SE VALER GENERICAMENTE DA EXPRESSÃO

'PREQUESTIONAMENTO' PARA VALIDAR
COMPORTAMENTO NÃO ADMITIDO PELO
ORDENAMENTO JURÍDICO, EM VERDADEIRO ABUSO DE
DIREITO. MULTA FIXADA EM VALOR RAZOÁVEL E COM
LIMITAÇÃO PARA EVITAR O ENRIQUECIMENTO SEM
CAUSA DA PARTE CONTRÁRIA. APLICAÇÃO DA MULTA
PREVISTA NO ARTIGO 1.026, § 2º, DO CPC DE 2015.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E
REJEITADOS" (fls. 130/131e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 1.026, § 2º, do CPC/2015, sustentando que:

"A DEFINIÇÃO DE 'MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO' PARA FINS DO ART. 1.026, PARÁGRAFO SEGUNDO DO CPC - 2015 - O VERBETE Nº 98 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos, que viria a ser o julgado nos autos do Recurso Especial nº 1.410839/SC, ainda sob o regime do CPC de 1973, decidiu o seguinte:

'Caracterizam-se como protelatórios os embargos de declaração que visam rediscutir matéria já apreciada e decidida pela Corte de origem em conformidade com súmula do STJ ou STF ou, ainda, precedente julgado pelo rito dos artigos 543-C e 543-B, do CPC.'

Em primeiro lugar, vale lembrar que o julgado acima foi proferido sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973, que sofreu importantes inovações com o advento do novo Código de Processo Civil de 2015, como, por exemplo, o art. 1.025, no que toca aos embargos de declaração.

Em segundo lugar, os embargos de declaração opostos pelos ora recorrentes não são 'manifestamente protelatórios', tese que o ora recorrente pretende levar à instância extraordinária, mas vê-se obstado por indevido fundamento.

Isso porque o recurso estatal teve o objetivo de prequestionar matéria federal e constitucional, com vistas a superar os óbices sumulares e, somente então, recorrer às superiores instâncias, o que se afeiçoa ao

Superior Tribunal de Justiça

verbete nº 98 da súmula do Superior Tribunal de Justiça: 'Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.'

(...)

Há direito subjetivo público aos recursos constitucionais. Se, para tanto, é mister o prequestionamento explícito, ofende a Constituição, mediatemente, e a toda a sistemática processual, imediatamente, acórdão que se mantém recalcitrante quanto a efetuar o prequestionamento explícito.

Assim, resta evidente o regular cabimento dos embargos de declaração opostos pelo Estado, de forma de que não deve prosperar o seu apontado intuito protelatório e o enquadramento do recurso especial estatal no sistema de julgamento do recurso repetitivo apontado pela decisão ora agravada" (fls. 157/159e).

Por fim, requer "que o presente recurso seja conhecido e provido para a finalidade de reformar parcialmente o acórdão, na parte que fixou a multa de que trata do art. 1.026, parágrafo 2º do C.P.C./2015" (fl. 160e).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 166e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal local (fls. 174/178e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto, pelo ora recorrido, contra decisão que, em Mandado de Segurança, indeferiu liminar que visava o restabelecimento de benefício pensão por morte acidentário.

Agravo de Instrumento provido, pelo Tribunal local, para conceder a liminar pleiteada pelo segurado, ora recorrido. Opostos Embargos Declaratórios, pela RIO PREVIDÊNCIA, foram rejeitados, com aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Ao opor os Embargos de Declaração, assim defendeu a parte ora recorrente:

"OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO

O acórdão embargado deu provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pela parte embargada, reformando a decisão que havia indeferido a antecipação de tutela.

Entretanto, *data maxima venia*, o acórdão não examinou explicitamente as violações à legislação federal e constitucional suscitadas pelo ora embargante, quais sejam:

Superior Tribunal de Justiça

- (i) Em relação à ausência dos requisitos para a tutela antecipada/liminar em mandado de segurança: violação ao art. 300, do CPC e ao art. 7º, III, da Lei 12.016/2009;
- (ii) Em relação à supremacia das regras especiais de direito previdenciário estadual em detrimento das normas federais: violação ao art. 24, §§ 2º e 3º, da CRFB;
- (iii) Em relação à necessidade afastamento ou, ao menos, de diminuição da multa cominada: violação aos arts. 497, 536 e 537, todos do CPC.

Assim, são os presentes embargos para sanar as omissões acima, requerendo-se que este Egrégio Colegiado se manifeste sobre as violações apontadas, ainda que para rejeitá-las. Importa salientar que a integração do acórdão prolatado, nos termos acima pleiteados, é imprescindível, também, para que o ora embargante possa recorrer às vias extraordinárias.

Com efeito, o ora embargante, atento às tendências jurisprudenciais, reconhece e homenageia a posição dos Tribunais no sentido de que o julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as alegações da parte, quando já tenha encontrado fundamento suficiente para decidir a lide.

Tratando-se, nada obstante, do acesso às vias excepcionais, tal orientação merece ser mitigada, em razão do rigor do posicionamento das Cortes Superiores no que tange à admissão e processamento dos recursos que lhe são dirigidos, vez que o não enfrentamento, em sede ordinária, de questões jurídicas suscitadas pelo ora embargante, bem como a ausência de menção expressa aos dispositivos normativos tidos por violados, poderão tolher à parte interessada o acesso às instâncias superiores, nos termos do entendimento sumulado pelas Cortes Extraordinárias.

Daí a imprescindibilidade da oposição dos presentes embargos declaratórios, manejados não com o intuito meramente protelatório (Súmula nº 98 do STJ), mas como instrumento necessário e hábil a prequestionar as matérias jurídicas e os dispositivos normativos pertinentes.

Por tudo o quanto se expôs, confia o embargante no provimento dos presentes embargos de declaração, a fim de que seja sanada a omissão apontada, enfrentando o colegiado as violações acima indicadas, pressuposto imprescindível para fins de acesso às instâncias superiores" (fls. 116/118e).

Superior Tribunal de Justiça

Por sua vez, este é o teor do voto condutor do acórdão que rejeitou os declaratórios:

"Não infringe o artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que adota para a solução da causa suficiente fundamentação e decide a controvérsia posta análise, ainda que de modo diverso do pretendido pelo embargante.

Todos os pontos relevantes para a decisão foram enfrentados e resolvidos pelo Acórdão, de sorte que não há nela qualquer omissão, a ser sanada.

Persevera o embargante em sustentar a ocorrência de omissões, não delineadas, o que revela que não se conforma com o julgamento.

Ademais, o recurso de Embargos de Declaração não é o meio adequado para se rediscutir matéria já decidida.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que os embargos declaratórios não são a via adequada para o reexame do mérito da demanda que já foi decidida, sendo cabíveis apenas nas hipóteses taxativamente previstas no artigo 1.022, do CPC/15.

Nesse sentido, o seguinte julgado:

(...)

No que concerne ao afastamento ou diminuição da multa cominada, cabe esclarecer que é cediço, que a multa é fixada para compelir o demandado a cumprir o comando judicial, objetivando, precipuamente, o adimplemento adequado e tempestivo da obrigação, não tendo por finalidade indenizar o beneficiário da medida diante de eventual descumprimento da liminar.

Destarte, para que atinja os fins colimados, a multa deve ser fixada em valor que se mostre apto a compelir o agravado, ora embargante, a cumprir o comando judicial, devendo em sua fixação ser considerado o direito em litígio, bem como a capacidade econômica daquele a quem é dirigida.

Tem-se que, contrariamente ao sustentado pelo embargante, o valor das astreintes não se mostrou desproporcional, se considerado o bem jurídico tutelado, qual seja, a vida humana.

Ressalte-se que o valor arbitrado a título de multa em caso de descumprimento do comando judicial, como já dito acima, foi em valor razoável de R\$ 100,00 (cem reais) com limitação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a fim de evitar o enriquecimento ilícito da parte contrária.

Superior Tribunal de Justiça

Saliente-se, ademais, que a nova codificação processual, prevê em seu artigo 1.026, § 2º a incidência de multa a ser paga pelo embargante ao embargado quando os embargos opostos se revelem manifestamente protelatórios, hipótese revelada nos presentes autos.

Como já delineado nas exposições acima, o embargante pretende rediscutir matéria já enfrentada e discutida no Acórdão ora impugnado, buscando o reexame do mérito.

Nessa toada, revelam-se manifestamente protelatórios os embargos em questão, razão pela qual, em cumprimento à novel legislação processual, há de se aplicar multa em decorrência de sua interposição, ora fixada em 2% (meio por cento) do valor atualizado da causa.

Por tais motivos, em virtude de a decisão atacada não padecer de qualquer vício, VOTO no sentido de conhecer, mas REJEITAR os embargos declaratórios opostos, mantendo-se o acórdão vergastado, e fixando multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, em favor do embargado, com fulcro no artigo 1.026, § 2º do CPC" (fls. 132/141e).

Com efeito, a despeito dos fundamentos da Corte Estadual, quanto à multa aplicada no julgamento dos Embargos de Declaração, com base no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, assiste razão à parte recorrente, ao afirmar que os referidos Declaratórios objetivavam o prequestionamento da matéria, não possuindo caráter protelatório.

Assim, deve ser afastada a multa imposta, diante do que dispõe a Súmula 98/STJ: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório".

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE CONFERIDO À CATEGORIA DO MAGISTÉRIO E PESSOAL DE APOIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO. ACÓRDÃO PROLATADO COM BASE EM LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 280/STF. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM COM INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Cinge-se o inconformismo recursal à aplicação da multa no julgamento dos Embargos julgados protelatórios e ao reajuste concedido à autora por ocupar cargo de auxiliar de serviços gerais na

Secretaria de Educação do Município de Iguaba Grande.

(...)

5. Merece acolhida o pleito pelo afastamento da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, uma vez que os Embargos de Declaração opostos na origem visavam ao prequestionamento para fins de acesso às instâncias superiores. Assim, aplica-se o disposto na Súmula 98/STJ: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório".

6. Recurso Especial parcialmente provido para excluir a multa imposta com base no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015" (STJ, REsp 1.831.683/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/10/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CARACTERIZADA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TRÂNSITO EM JULGADO PENDENTE DO JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO EXCLUSIVAMENTE PELO SEGURADO/EXEQUENTE. PAGAMENTO DO VALOR INCONTROVERSO. EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO PARCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ E NO STF. SÚMULA 31 DA AGU. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXCLUSÃO. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ.

(...)

5. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece reforma.

6. No que se refere à multa do art. 1.026 do CPC/2015, o recurso prospera, consoante a orientação contida na Súmula 98/STJ ("Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório").

7. Recurso Especial parcialmente provido, apenas para afastar a multa do artigo 1.026, § 2º, do CPC" (STJ, REsp 1.837.552/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/10/2019).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA.

MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 98/STJ. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 439, 840, 884 E 944 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. VALOR DA INDENIZAÇÃO. VALIDADE DE ACORDO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE, EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 7 E 5/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão dos Embargos Declaratórios apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. **Nos termos da Súmula 98/STJ, "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório". Assim, a simples oposição dos Embargos de Declaração pela parte agravante, por si só, não justifica a imposição da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC, motivo pelo qual o Recurso Especial merece ser provido, no ponto.**

(...)

VII. Agravo interno parcialmente provido, para conhecer, em parte, do Recurso Especial, e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento, apenas para afastar a condenação da parte agravante ao pagamento da multa, prevista no art. 1.026, § 3º, do CPC/2015" (STJ, AgInt no AREsp 1.480.197/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. ACÓRDÃO DE ÍNDOLE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MULTA DO ARTIGO 1.021, §4º, DO CPC/2015. EXCLUSÃO. INADMISSIBILIDADE OU IMPROCEDÊNCIA DO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO NA

ORIGEM. NÃO VERIFICAÇÃO. **OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXCLUSÃO. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. O acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo, apenas, de forma contrária à pretensão do recorrente, não havendo, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que, deve ser rejeitada a alegação de violação ao artigo 1.022 do CPC/2015.

2. O recorrente afirma que a readequação aos tetos previstos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, não alcança os benefícios concedidos antes da promulgação da CF/1988, porquanto, obedecem a critérios de cálculos distintos. Quanto ao ponto, verifica-se que o acórdão recorrido apreciou a questão sob o enfoque eminentemente constitucional, o que impede a sua análise em sede de recurso especial, a despeito de o recorrente ter interposto recurso extraordinário, vez que a adoção pela instância ordinária de fundamento exclusivamente constitucional na solução da lide, inviabiliza o conhecimento do recurso especial.

3. Com relação à multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, o STJ tem firmado compreensão de que a penalidade não é uma decorrência automática do não provimento do agravo interno, sendo necessário demonstrar, por decisão fundamentada, a inadmissibilidade ou improcedência do recurso. Precedentes.

4. No caso em apreço, não se observa a manifesta inadmissibilidade ou improcedente do agravo interno interposto pelo recorrente, pois pretendia demonstrar que a questão de direito tratada no recurso era mais específica do que a decidida em sede de repercussão geral, no julgamento pelo STF do RE 564.354, motivo pelo qual a multa aplicada com base no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015 deve ser afastada.

5. A teor da Súmula 98/STJ, os embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório, razão pela qual deve ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal *a quo* com base no artigo 1.026, §2º, do CPC/2015.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido" (STJ, REsp 1.672.822/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, nos termos dos precedentes supra, **dou provimento** ao Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

